

# Povos Indígenas no Brasil

Fonte la Critica Class.: 670

Data 01/04/92 Pg.: \_\_\_\_\_

## Campanha vai puxar demarcação de terra

Uma campanha pela demarcação das terras indígenas será lançada no dia 17, próxima sexta-feira, durante a III Assembléia dos Povos Indígenas da Amazônia, que acontecerá no Centro de Treinamento Maromba. Das 368 áreas indígenas localizadas na Amazônia apenas 120 estão demarcadas e registradas em Cartório, o que representa 33,69% do total; 187 áreas ainda estão por ser demarcadas e 57 encontram-se sem nenhuma providência. No próximo ano termina o prazo estabelecido pela Constituição Federal para a demarcação de todas as terras indígenas.

A III Assembléia está sendo coordenada pelo Forum da Amazônia e Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) e será realizada de 17 a 23 deste mês, segundo informou o jornalista José Roshá, assessor de imprensa do Forum da Amazônia. A terra, para as sociedades indígenas, representa muito mais do que um meio de subsistência. É o suporte da vida social e está diretamente ligada ao sistema de crenças e conhecimento.

A demarcação é um processo demorado que começa com a identi-

ficação da área e o povo que a ocupa. Depois, com base nos estudos feitos pela Funai, o Ministério da Justiça declara a terra de ocupação indígena, definindo os seus limites e determinando a sua demarcação física, que consiste na colocação de marcos que permitem a sinalização da área. Numa outra fase o presidente da República homologa a demarcação através de decreto. Finalmente a terra é registrada no Cartório de Imóveis do município onde se localiza e no Serviço de Patrimônio da União.

A participação na Campanha pela demarcação das terras indígenas na Amazônia pode ser através de abaixo-assinados, de atos e manifestações em defesa dos direitos dos índios e de discussões na escola, no bairro, no sindicato, na comunidade, orienta o assessor do Forum da Amazônia. Outra maneira é enviar cartas aos parlamentares no Congresso Nacional e nas Assembléias Legislativas dos Estados e ainda para os Governo Federal e estadual, repudiando a agressão aos povos indígenas e exigindo a imediata demarcação das terras dos índios.